



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

### SUBPREFEITURA DA CASA VERDE / CACHOEIRINHA

#### Assessoria Executiva de Comunicação

Av. Ordem e Progresso, 1001, - Bairro Casa Verde - São Paulo/SP - CEP 02518-130

Telefone: 3855-3800

#### 6033.2022/0002187-2 - Comunicações Administrativas: Ofício

##### Despacho deferido

**DESPACHO: ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL/ Casa Verde REALIZADA NO DIA 21/02/2024** **Presentes:** Crenildes Jesus da Silva (Dona Nena), Eduardo de Oliveira Martins, Ewerton Barros Xavier (Ton BX), Fábio da Silva Amorim, Francisco João Moreirão de Magalhães (João Moreirão), Juliana Alcântara Fernandes Maria Helena Bento Romaris Spaziani (coordenadora), Maria José Canton de Robert, Selma Regina Agulló (secretária-geral), Simone das Mercês Sapienza, **Conselheiros(as):** ausentes com justificativa: Carlos Roberto de Carvalho (mandou mensagem preso num alagamento ao vir para a reunião), Maria Cristina Cruzelhes (em licença autorizada pelo CPM), Rodolfo Coimbra Luciano (enviou atestado médico). **Conselheiros(as)** ausentes: Fábio Carlos dos Santos, Paulina Maria da Conceição da Silva. A coordenadora abriu a reunião na segunda chamada, às 19:30. Após saudar os presentes, propôs a inversão da pauta. O primeiro ponto continuou a ser a leitura e votação da Ata da reunião anterior. Mas o segundo ponto passaria a ser o item “Demandas de conselheiros(as) e municípios”, em função das dezenas de moradores do Limão, que trouxeram a questão da casa de acolhimento de mulheres vulneráveis a ser brevemente inaugurada no Distrito. Os conselheiros aprovaram a inversão. A pauta foi lida e, feitos pequenos ajustes, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, foi passada por via eletrônica para a interlocutor, senhor Edson (Dicão), que a imprimiu e forneceu a impressão à coordenadora para que fosse assinada pelos conselheiros. Cumprida essa função, o interlocutor retirou-se da reunião, informando que tinha outro compromisso. Em seguida, a coordenadora abriu a discussão sobre a casa de acolhimento no Limão, informando que soube da reunião que os responsáveis da SMADS realizaram, no local, no dia 21. Informou também que estava impossibilitada de ir e procurou o vice coordenador Rodolfo. Não tendo conseguido contatá-lo, pediu ao conselheiro João Moreirão para representar o CPM, passando-lhe a palavra para um relato. O conselheiro informou que participou da reunião, que reconhecia várias pessoas presentes à reunião do CPM e que os responsáveis pela SMADS garantiram que a casa seria destinada exclusivamente para mulheres. Que, diferentemente do que tinha sido previsto inicialmente, em que abrigaria 80 homens e 20 mulheres, a Secretaria tinha alterado para que o acolhimento passasse a ser exclusivo de mulheres sem filhos. O conselheiro João também informou que os responsáveis da Secretaria afirmaram que não se tratava de um albergue, equipamento em que a população lá acolhida tem que sair até as 7 horas e só pode voltar à tarde, perambulando no entorno nesse intervalo. Que se trata de um equipamento em que as pessoas podem ficar o dia inteiro ou sair e voltar livremente. O conselheiro João também informou que obteve o número do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) e que passou esse número (6024.2023.0005947-3) para a coordenadora, que o divulgou para os presentes, tendo, na ocasião, o conselheiro João Moreirão ressaltado que trata-se de um processo público e que todos os cidadãos têm o direito de acessar as informações nele contidas. O conselheiro informou, por fim que, durante a reunião dos moradores com os responsáveis da SMADS foi afirmado que o edital publicado determinava o acolhimento de homens e mulheres e que foi-lhes garantido que sairia um novo edital alterando o acolhimento só para mulheres. A coordenadora falou em seguida para expor a experiência que a Casa Verde teve em setembro. Lembrou que, na ocasião, as redes sociais bombaram, que, na reunião do CPM também falaram que ia ter de tudo lá: homens, mulheres, morador de rua, que as moças da Assistência Social vieram explicar o que seria implantado. A coordenadora informou que é moradora da Casa Verde e que todos os dias passa em frente do local. A coordenadora testemunhou que, nas primeiras semanas, foi no comércio

perguntar como estava o andamento da casa, como estava impactando na rua, porque foi um pânico geral, e a informação que teve do comércio que fica bem em frente, que vende comida, foi que o movimento melhorou porque as moças consomem lá e elas pagam e que nunca deram trabalho. Em seguida, a coordenadora Maria Helena abriu a palavra para os presentes. Uma munícipe perguntou se a Maria Helena estava falando da casa de acolhimento da Rua César Castiglioni Jr, que confirmou. Os moradores usaram a palavra e denunciaram que não houve qualquer discussão prévia, que não teve nenhum estudo sobre a viabilidade do local, que foram surpreendidos com a definição do local durante o Carnaval, que receberam informações desconhecidas dos diversos funcionários da assistência social, que a reunião realizada no local só aconteceu por pressão dos moradores, que os funcionários reconheceram que o objetivo inicial era de que a casa seria ocupada por 80 homens e 20 mulheres, que não lhes foi apresentado nenhum estudo sobre as consequências para os moradores do entorno, que foi a pressão social que levou a SMADS a alterar o objetivo da casa só para mulheres e que novo edital seria publicado e que, ao terem acesso aos dados, descobriram que o local estava anunciado nos aplicativos de aluguel por R\$ 25 mil, mas foi alugado pela Prefeitura por R\$ 44 mil. Diversos moradores mostraram os aplicativos em que o imóvel era oferecido por R\$ 25 mil mensais e o Diretor de Comunicação do Conseg do Limão leu o contrato celebrado entre a Prefeitura e o proprietário, mostrando que foi alugado por R\$ 44 mil.

Diante disso, os municípios apresentaram o que consideraram essencial: 1. Que isso seja efetivamente formalizado através dos documentos pertinentes; 2. Que os municípios tenham a garantia que este público alvo não será alterado do dia para a noite como aconteceu. Que os municípios querem a garantia de que qualquer alteração não vai acontecer; 3. Que a desinformação e a falta de transparência tem sido a prática da SMADS e que essa situação

precisa mudar; 4. Que um estudo de viabilidade precisa ser feito, já que é uma área residencial e com escolas infantis Os municípios deram também testemunhos de visitas a outros equipamentos da região onde constaram que

em alguns não se identificam problemas, mas que em outros, como o da Rua Zilda, teve aumento de furtos e roubos, tanto aos transeuntes como ao comércio local, particularmente à farmácia próxima.

Informaram, também que os responsáveis da SMADS afirmaram ter um estudo de viabilidade, mas não o mostraram. Destaca-se que os municípios frisaram que faziam questão de que o relato acima fosse registrado na Ata a ser publicado no Diário Oficial. Assim como a ausência de representante da Prefeitura, tendo sido informados que os responsáveis da Assistência Social foram informados e convidados para a reunião, mas optaram por fazer a sua própria reunião nas instalações do equipamento a ser inaugurado. Em seguida, a coordenadora do Conselho informou que fez um ofício para o subprefeito sobre as demandas da reunião anterior, que essas demandas tiveram a abertura de SEIs e que tinha a devolutiva de três demandas: ●

Verificou-se que a rua Estrada da Sede estava com muitos buracos, assim como na rua Rosa dos ventos, como tinha informado os conselheiros Rodolfo Coimbra e Ewerton Barros Xavier. Os buracos foram tapados. Na ocasião o conselheiro João Moreirão informou que o subprefeito informou quetinha ido pessoalmente e viu, encaminhou para a SMSUB para providências. O conselheiro Ewerton Barros Xavier lamentou que, se os responsáveis municipais tivessem tido mais agilidade, talvez tivesse sido evitado o atropelamento com morte na semana anterior ao trabalho de tapa buraco. ● A demanda da conselheira Dona Nena sobre a necessidade do semáforo na Av. Inajar de Souza, a devolutiva da CET enviada à coordenadora e lida na reunião foi: “Informamos que a solicitação é procedente e que em vistorias realizadas anteriormente à solicitação havia sido constatada a necessidade de ajuste de sinalização, visando melhorar as condições de segurança e mobilidade dos usuários da via. Em função disto, o projeto anteriormente elaborado atende a esta demanda”. A conselheira respondeu que registrava o agradecimento da passagem de pedestres com lombada,

mas que o semáforo continua sendo necessário. ● A demanda da conselheira Dona Nena teve a demanda de lombadas na Rua Gervásio Leite Rebelo, retiradas no processo de recapeamento, respondida pela CET e lida pela coordenadora: “Em atenção ao presente expediente informamos que foram elaborados projetos para contemplar a

manutenção da sinalização horizonte”. A conselheira protestou com a resposta que não diz nada objetivo e frisou a incompreensível demora da CET. A coordenadora Maria Helena também sublinhou que as resposta da CET demoram excessivamente e o conselheiro Fábio Amorim comentou que com a implementação da zona azul, o comércio da Casa Verde teve o movimento de clientes diminuído e que agora está na hora de ser tomada uma providência. Os conselheiros não debateram o tema, mas a proposta do conselheiro Fabio Amorim foi buscar recurso na Casa Civil, para divulgar a demanda junto aos comerciantes e municípios afetados.

Sobre os R\$ 6 milhões vinculados à decisão do CPM A coordenadora informou que recebeu um e-mail da Casa Civil dando conta que o Conselho Participativo precisaria decidir o destino da verba de R\$ 6 milhões que foi liberada vinculada a essa decisão e que a Casa Civil poderia requerer à Secretaria da Fazenda a liberação de mais R\$ 6 milhões para serem usados pela Subprefeitura sob decisão do Conselho. Por unanimidade, os conselheiros reiteraram que os R\$ 6 milhões já liberados devem ser usados na obra já decidida o ano passado. Que a decisão do Conselho Participativo deve ser respeitada pela Prefeitura. Em relação à possível nova liberação de mais R\$ 6 milhões, os conselheiros decidiram, também por unanimidade que, tão logo os recursos sejam enviados vinculados à decisão do CPM, os conselheiros decidirão mais obras a serem realizadas com esses recursos. Por fim, a conselheira Simone das Mercês Sapienza cobrou sobre as medidas que a Prefeitura está implementando em relação à epidemia de dengue e destacou que a população precisa de resposta. Sem mais assuntos, a coordenadora encerrou a reunião.



**Silvana Bezerra Silva**  
**Assessor(a) Técnico(a) I**  
Em 22/03/2024, às 08:35.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **100369829** e o código CRC **6BE4A2C8**.

---